



TERMINAL DE GRÃOS PONTA DA MONTANHA

TERMINAL DE GRÃOS PONTA DA MONTANHA S.A. | RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2023

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições estatutárias e legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Terminal de Grãos Ponta da Montanha S.A. - TGP M, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do respectivo relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de reais, e preparadas conforme as práticas contábeis e legais adotadas no Brasil.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração: Antônio Celso Bermejo (Membro Efetivo e Presidente), Luciano Correia Botelho (Membro efetivo), Vitor Secanechia Vinuesa (Membro efetivo), Marcelo Kenji Aoyagi (Membro efetivo) e André Júlio Pelaez de Campos (Membro efetivo). **Diretoria:** Rodrigo Abreu Rezende de Moraes (Diretor), André Júlio Pelaez de Campos (Diretor) e Vitor Secanechia Vinuesa (Diretor). **Contador:** Josyane Pureza Gonçalves CRC PA012959-0/9

Mensagem da Administração

No ano de 2022, o TGP M atingiu marcas relevantes de produtividade, o que evidencia a sua maturidade e capacidade operacional. O TGP M embarcou 83 navios com um total de 4.6 milhões de toneladas, sendo o maior volume exportado da nossa história. Além disso, fizemos o carregamento do maior navio de soja da Região Norte, com 84.802 toneladas, a embarcação graneleira MV Harvest Frost possui 237 metros de comprimento (loa) e 40 metros de largura (boca) e zarpou no dia 18 de fevereiro, com destino a Europa, especificamente para o porto de Roterdã, na Holanda.

Em março, o TGP M foi certificado com a Declaração de Cumprimento ao ISPS CODE pela CESPOTÓS/PA, esta declaração certifica que este Terminal Portuário está cumprindo as disposições do Capítulo XI-2 da Convenção Solas de 1974 e da Parte A do Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias - Código ISPS, bem como o previsto no seu Plano de Segurança Portuária aprovado pelo Governo Brasileiro (CONPORTOS).

No mês de maio, o TGP M recebeu o Selo Verde na categoria Gestão Socioambiental Responsável, reforçando o nosso compromisso com o Meio Ambiente e Sustentabilidade de nossas operações.

Em junho, o TGP M recebe certificação da GPTW, autoridade mundial em trabalho e responsável pela pesquisa. O selo atesta que o TGP M é uma das melhores empresas para se trabalhar em 2022, o que reforça o compromisso com nossos valores Segurança e Valorização do Colaborador.

No mês de setembro, o TGP M passou por auditoria externa e com excelência foi recertificado nas ISO's 9001:2015, 14001:2015 e 45001:2018, pela SGS Group Brasil para o ciclo de 2022 a 2025. As certificações ISO's (International Organization for Standardization/Organização Internacional para Padronização) asseguram a conformidade do TGP M com as normas 9001:2015 (gestão da qualidade); 14001:2015 (gestão ambiental) e 45001:2018 (gestão da saúde e segurança ocupacional), possuindo reconhecimento internacional.

Em termos de futuro, o TGP M acredita na força do agronegócio e no desenvolvimento da cadeia logística brasileira, e trabalha no cumprimento da missão de prover a melhor opção de logística multimodal integrada da "fronteira Norte", criando valor à Sociedade, aos Acionistas e aos Colaboradores, pautados sempre nos valores Segurança, Responsabilidade e Excelência operacional.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Terminal de Grãos Ponta da Montanha S.A. Belém - PA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal de Grãos Ponta da Montanha S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal de Grãos Ponta da Montanha S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 16 de fevereiro de 2023.

ERNST & YOUNG

Audidores Independentes S.S. Ltda.
CRC CE-001042/F

Ana Sampaio Forte Leal
Contador CRC-CE019456/O

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Notas	2022	2021		Notas	2021	2020
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.588	22.777	Fornecedores		2.505	743
Contas a receber de clientes		909	22	Impostos a recolher		2.762	731
Partes relacionadas	6	13.442	1.044	Financiamentos	8	51.278	54.490
Estoques		10.369	5.645	Outras contas a pagar		7.792	6.471
Impostos a recuperar		166	617			64.337	62.435
Despesas antecipadas		837	471	Não circulante			
Outras contas a receber		249	449	Imposto de renda diferido	7	95.133	100.156
		38.560	31.025	Financiamentos	8	51.278	109.351
Não circulante				Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civeis	9	75	58
Depósito judicial		148	122			146.486	209.565
Imobilizado	5	644.713	698.859	Patrimônio líquido			
Intangível		1.334	1.454	Capital	10	204.558	204.558
		646.195	700.435	Reserva de lucros		65.986	28.184
Total do ativo		684.755	731.460	Outros resultados abrangentes		203.388	226.718
				Total do patrimônio líquido		473.932	459.460
				Total do passivo e do patrimônio líquido		684.755	731.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.